

Os católicos e a Constituição

08079 0

ANC PAU

DOM EUGENIO SALES

Em meio a alguns percalços, caminha para o término a elaboração da nova Constituição Brasileira.

É indiscutível sua importância como documento normativo da vida nacional. Apesar da descrença de uns, reclamações de outros, cumpre ser realista, aproveitando a fase final para o aperfeiçoamento do texto. Quanto mais escoimado de erros e acrescido de elementos fundamentais ainda ausentes, tanto melhor para o Brasil.

Nessa perspectiva, os católicos, em vez de cruzarem os braços ou comodamente cerrarem as fileiras dos laurientos, lutem com as armas do Direito pelo aprimoramento da Carta Magna, em benefício da Pátria e da Fé cristã.

Reconheço ser difícil ao leigo no assunto examinar as 139 páginas do "Projeto de Constituição (A)", de novembro último, apresentado ao Plenário pela Comissão de Sistematização. Contudo, algo pode e deve ser feito.

Os cristãos permaneçam atentos ao agitado desenrolar dos trabalhos, nesse período conclusivo da Constituinte, a fim de que nada de bom já incorporado ao texto seja supresso. Refiro-me — como Pastor — ao aspecto de Fé, Moral e aos postulados da Doutrina Social da Igreja. Assim, resguardar, no Preâmbulo, a frase inicial "reunidos, sob a proteção de Deus" e, no Capítulo VI, a "liberdade de consciência e de crença". Como essas, há muitas conquistas a serem preservadas.

Por outro lado, urge o empenho por corrigir falhas graves que conflitam principalmente com os direitos de Deus, de onde emanam os dos homens.

Eis alguns exemplos. No Capítulo VII, que trata da Família, da Criança,

do Adolescente e do Idoso, no Artigo 263, eliminar os §§ 2º e 3º, que alargam o divórcio existente. E no 264, acrescentar após "É dever da Família: **constituída por matrimônio indissolúvel (...)**"; e no mesmo Artigo, depois de "o direito à vida: **desde a sua concepção (...)**".

Eliminados os §§ 2º e 3º e aprovados os dois acréscimos, o Brasil terá um alicerce sólido para edificação da nacionalidade: a Família e o apreço à vida.

A liberdade na educação é fundamental, pois o futuro depende das idéias transmitidas às crianças e aos jovens e vividas por eles. Daí o encarniçado combate do grupo laicista em diversos tons, contra a escola católica. Nesta ofensiva antiga e sempre renovada se incluem, entre outros pontos, a ajuda material do Estado, possibilitando a presença de ricos e pobres nos colégios confessionais — respeitada a crença dos alunos — e também, nessas condições, a opção que cada família fará, segundo a Fé que professa.

O atual projeto constitucional contém senões graves a serem reparados, embora os constituintes defensores da boa causa, respaldados por milhões de assinaturas, tenham obtido vitórias parciais contra os ferrenhos inimigos da escola confessional para quem a desejar, mas em igualdade com a estatal.

No Artigo 240, Parágrafo único, Inciso I há sedutora mas enganosa idéia de "gestão democrática" que pode destruir a verdadeira identidade de uma escola. Basta que, em uma universidade ou colégio pertencente à Igreja, a maioria se declare atéia, agnóstica, contra nosso credo, para ser destruída a razão de ser da

mesma Instituição: educar, segundo as verdades do Evangelho. No Inciso V, após o "ingresso (no magistério) exclusivamente por concurso público", acrescentar: "na rede estatal". O educador forma também as consciências segundo os ditames da Fé. A escola na rede privada não pode ficar à mercê de concurso público.

A mesma explicitação recai sobre o Artigo 246, § 1º: o controle, por parte das comunidades, cabe somente às universidades estatais. A permanecer como está, os estabelecimentos superiores e outros confessionais serão presa fácil na mão de agitadores.

Na parte referente à Doutrina Social da Igreja, há que aperfeiçoar o Capítulo III "Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária".

A agitação sobre esta matéria e a que trata "Da Ordem Econômica e Financeira" (Título VII) em parte desapareceria, se esclarecidos dois aspectos. Primeiro: é imprescindível reduzir o perigoso vazio entre poucos ricos e a multidão de pobres, em nossa Pátria. Essa situação é anticristã. E até quem não crê no Evangelho, se for inteligente, aceitará essas mudanças que são justas e não demagógico-populistas. Mesmo quem é egoísta, tendo bom senso, apoiará a tese de que o solo urbano necessita ser revisto; e que há primazia do trabalho sobre o capital, conforme proclama a encíclica "Laborem Exercens" de João Paulo II.

Um segundo aspecto é a real posição da Igreja sobre a reforma agrária. Ela não se confunde com a dos incitadores às invasões ou com a dos que negam a propriedade privada. Bem diferente é o enunciado da Doutrina Social da Igreja sobre a função

social da terra.

Dentro desses parâmetros, muitos receios se desvanecerão e o texto constitucional bem que poderia ser melhorado. Assim, no Artigo 218, Parágrafo único, Inciso I: (A função social é cumprida quando, simultaneamente, a propriedade) "é racionalmente aproveitada", acrescentar: "conforma determinar a lei ordinária". No Artigo 224: "A lei limitará a aquisição ou arrendamento de propriedade rural por pessoas físicas ou jurídicas nacionais e estrangeiras, fixando o tamanho máximo de propriedade". Esses dois acréscimos, sublinhados, garantirão a função social.

Eis alguns exemplos como sugestão. Resta responder como proceder. Simplesmente por uma ação dos eleitores junto aos deputados. E, da parte dos constituintes cristãos, pelo exercício do mandato à luz da Fé que no Batismo prometeram viver. Tudo tão simples mas que, se cumprido, seria uma grande revolução, pacífica e benéfica ao Brasil e aos brasileiros.

O divórcio da crença na Doutrina de Cristo e sua vivência, a separação de uma religião individualista e seu influxo na vida pública estão no cerne de muitos problemas que afligem nossa Pátria e a Igreja.

O homem que vive segundo os ensinamentos de Cristo rejeita os compromissos amorais, a influência espúria, a malversação dos dinheiros públicos e assim por diante.

Nessa fase final se impõe um duplo dever. Agir na busca do bem comum, no caso com o aprimoramento da Carta Magna e pedir a Deus que ajude o Brasil a cumprir a sua grande missão em favor dos brasileiros e no conjunto das outras nações.